

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.375 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2001

Carlos Wilson aponta omissão no combate à fome

“Não há hoje no Brasil uma política de combate à fome”, disse o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson, prevendo que o Dia Mundial pela Alimentação deve estimular o debate do assunto.

PÁGINA 7

Senado pede que seja evitada retaliação contra inocentes

Plenário aprova requerimento para que o governo procure desencorajar atos capazes de atingir a população não envolvida em terrorismo.

PÁGINA 4

Geraldo Melo critica Lula por apoiar protecionismo

Afirmção de que entende as barreiras tarifárias contra produtos brasileiros na Europa, atribuída a Luiz Inácio Lula da Silva, é considerada “grave e inadmissível” pelo senador Geraldo Melo.

PÁGINA 6



Com a renúncia, será arquivado o pedido de abertura de processo contra Jader

Jader renuncia

Em carta encaminhada no início da noite de ontem ao presidente do Senado, Ramez Tebet, o senador Jader Barbalho comunicou sua renúncia ao mandato. A carta será lida na sessão de hoje e publicada no *Diário do Senado* na segunda-feira, tornando definitiva a decisão.

PÁGINA 3



Uma das principais mudanças aprovadas pelo Congresso é a informatização de escolas públicas em todo o país

Congresso conclui votação de mudanças no PPA

O Congresso Nacional aprovou ontem a redação final do substitutivo ao projeto do governo que altera o Plano Plurianual de Investimentos para o período 2000/2003. Parlamentares do PT, PDT, PSB e PCdoB manifestaram voto contrário, embora admitindo que o Legislativo conseguiu introduzir alguns avanços na proposta. O texto aprovado vai agora à sanção presidencial.

PÁGINA 2



Substitutivo de Lúdio (foto à esquerda) a projeto que muda regras de desapropriação para reforma agrária foi aprovado em sessão presidida por Tebet



Benfeitoria com dinheiro público em terra desapropriada pode ficar sem indenização

PÁGINA 5

Aprovado pelo Congresso, projeto que altera o PPA vai à sanção

Um dos principais pontos da matéria é a informatização de escolas públicas em todo o país, mediante a aquisição de 290 mil computadores com recursos oriundos do Fust

O Congresso Nacional aprovou ontem, em votação simbólica, a redação final do substitutivo do deputado Santos Filho (PFL-PR) ao projeto do governo que altera o Plano Plurianual (PPA) para o período 2000/2003. Manifestaram voto contrário os parlamentares do PT, PDT, PSB e PCdoB. A matéria vai à sanção presidencial.

Também foi aprovado pelo Congresso projeto de resolução que altera os procedimentos adotados pela Comissão Mista de Orçamento. Relatado pelo deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), o projeto ajusta os procedimentos da comissão à Lei de Responsabilidade Fiscal e aumenta o número de emendas apresentadas pelas bancadas federais dos estados, respeitando parcialmente sua proporcionalidade.

A bancada de São Paulo, estado com maior representatividade, poderá apresentar até 20 emendas, ficando a de Minas Gerais com 19 e as da Bahia e do Rio de Janeiro com 18. As bancadas dos demais estados, menos populosos, poderão apresentar até 15 emen-



Na sessão presidida por Ramez Tebet, o Congresso também aprovou resolução que ajusta procedimentos da Comissão de Orçamento à Lei de Responsabilidade Fiscal

das cada uma.

Na discussão das alterações no PPA, o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) afirmou que o Congresso conseguiu uma grande vitória ao incluir no texto final a obrigatoriedade de os laboratórios de informática das escolas públicas terem dois sistemas operacionais: o Linux e o Windows. Os laboratórios serão formados com a compra de 290 mil computadores por intermédio

do do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Já o líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA), disse que um dos grandes problemas do Fust foi ter determinado que as empresas concessionárias dos serviços de telecomunicações sejam as responsáveis pelas aquisições dos computadores. O parlamentar avisou que, por esta razão, seu

partido votou contra o novo PPA. Mas, em virtude dos avanços alcançados, o deputado anunciou que o PT não iria pedir verificação de quórum, facilitando a aprovação da medida.

Durante a discussão das modificações ao PPA, o deputado Ricardo Barros (PPB-PR) informou que parlamentares da oposição e da situação empreenderam um acordo para discutir com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a forma como será implementada a alteração feita pelo Congresso de tornar obrigatório o uso dos sistemas operacionais Linux e Windows nos computadores.

Foi aprovada ainda na sessão conjunta do Congresso Nacional crédito suplementar em favor do Ministério Público da União e do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 1,71 bilhão, destinado a reforçar dotações já incluídas no orçamento vigente.

O relator da matéria, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), apresentou parecer favorável à matéria, que também segue para a sanção presidencial.

Instalada a comissão da MP que fortalece bancos federais

Foi instalada ontem a comissão mista destinada a analisar a medida provisória que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea). Os membros da comissão elegeram a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS) para presidente e o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) para relator.

Para aprofundar a discussão sobre a matéria, a comissão mar-

cou audiência pública para a próxima quarta-feira, às 9h. Serão convidados para o debate o ministro da Fazenda, Pedro Malan; os presidentes da Emgea, Gilton Pacheco de Lacerda; do Banco do Brasil, Eduardo Augusto Guimarães; do Banco do Nordeste, Byron Costa de Queiroz; da Caixa Econômica Federal, Emilio Humberto Carazzai Sobrinho e do Banco da Amazônia, Flora Valladares Coelho.

A comissão, que tem o senador Jonas Pinheiro como relator, realiza audiência pública na próxima quarta-feira



Suplicy defende inelegibilidade após renúncia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou seu apoio a projeto do deputado Orlando Desconsi (PT-RS) que inclui a renúncia ao mandato parlamentar como causa de inelegibilidade. O senador considerou a proposta "muito oportuna, ainda mais porque cresce entre a população a dúvida sobre o que o senador Jader Barbalho fará depois da renúncia".

— A indagação que o povo faz é se ele vai poder se candidatar depois que renunciar — disse.

Conforme Suplicy, ao justificar sua proposta o deputado informa que a atual legislação já determina que a perda de mandato por infração às proibições estabelecidas no art. 54 da Constituição e por quebra do decoro parlamentar são causas de inelegibilidade. No entanto, acrescentou o senador, ultimamente não têm sido poucos os casos de parlamentares que, submetidos a processos investigatórios que poderiam levar à perda de mandato, optam pela renúncia para fugir à pena da inelegibilidade.

Ao estabelecer que o parlamentar não poderá se candidatar a cargos eletivos nos oito anos subsequentes ao término da legislatura, o senador afirmou que o projeto do deputado Orlando Desconsi responde a outra dúvida da população, referente ao que acontecerá com o processo contra Jader, na hipótese de ele renunciar e depois se eleger para o Senado.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) também se pronunciaram a favor da proposta.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jader renuncia ao mandato de senador

Entregue no início da noite de ontem ao presidente do Senado, Ramez Tebet, carta será lida na sessão de hoje do Plenário e publicada na segunda-feira. Primeiro suplente, Laércio Barbalho, será convocado a assumir a vaga

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) encaminhou no início da noite de ontem carta ao presidente do Senado, Ramez Tebet, comunicando que renuncia ao seu mandato. Não foi divulgado o conteúdo da carta, que será lida no início da sessão de hoje do Plenário do Senado, às 9h, sendo publicada no *Diário do Senado* da próxima segunda-feira.

A carta foi entregue a Ramez Tebet em sua casa, às 19h50, levada por uma assessora de Jader Barbalho, e o presidente do Senado decidiu que os senadores tomariam conhecimento de seus

termos antes da imprensa. Com a renúncia, será arquivado o processo encaminhado à Mesa pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o qual conclui que existem indícios de que Jader feriu o decoro parlamentar e pede a abertura de investigações formais contra o senador paraense.

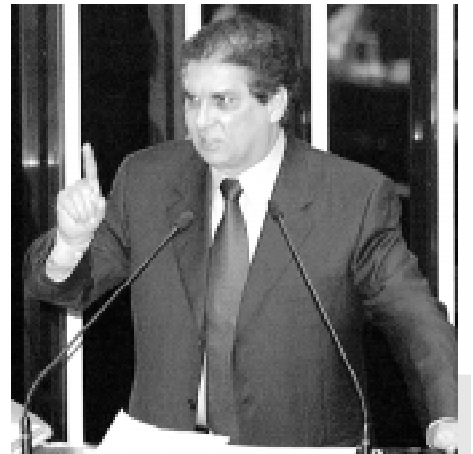
Com a renúncia, Jader não perde a elegibilidade, ou seja, poderá se candidatar nas próximas eleições a qualquer mandato parlamentar ou a cargo do Executivo. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator do caso junto à Mesa do Senado, estava ana-

lisando a comunicação do Conselho de Ética e apresentaria parecer às 10h de hoje.

Oficializada a renúncia, o Senado convocará para assumir a vaga o primeiro suplente, Laércio Barbalho, pai de Jader. O presidente do Senado afirmou à imprensa que a Mesa seguirá "estritamente o que determina o regimento". Assim, a Mesa aguardaria o prazo regimental e, em caso de recusa ou impossibilidade, imediatamente expediria a convocação do segundo suplente. Se o segundo suplente também não assumir, por qualquer razão, a Mesa deverá

estudar o assunto para verificar em que situação o caso se encaixa.

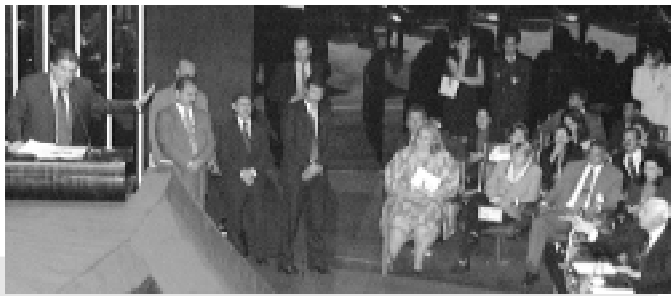
De acordo com Tebet, a Constituição estabelece que a vacância do cargo em prazo inferior a 15 meses para o término do mandato, sem suplente em condições de assumir, faz com que o posto fique vago até o pleito seguinte. Ele não quis fixar juízo "anticipado", argumentando que a possibilidade de que os suplentes não assumam é apenas especulação.



Jader encaminhou por meio de carta sua renúncia ao mandato, depois de haver abdicado da Presidência do Senado

Troca de acusações com ACM começou em abril do ano passado

Em abril do ano 2000, o então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) trocam acusações de corrupção no Plenário e desencadeiam uma briga política que irá estender-se por um



Jader e Antonio Carlos trocam acusações em Plenário

ano e meio na instituição, desembocando na renúncia de Jader, ocorrida ontem.

Seis meses depois (outubro/2000), Jader lança sua candidatura à Presidência da Casa, rebatendo denúncias publicadas pela revista *Veja* de que teria enriquecido ilícitamente. A reportagem narra um esquema de desvio de recursos ocorrido no Banco do Estado do Pará (Banpará) entre os anos de 1984 e 1988, indicando possível participação de Jader, à época governador do Pará, nas irregularidades. Além dessas denúncias, o senador paraense é citado, em matérias da imprensa e em pronunciamentos de ACM, em fraudes na extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e na venda irregular de títulos da dívida agrária (TDAs) emitidos quando ocupava o Ministério da Reforma Agrária, em 1988.



Jader assume a Presidência do Senado em fevereiro deste ano

Ao mesmo tempo em que Jader é eleito presidente do Senado, em fevereiro de 2001, Antonio Carlos passa a ser alvo de denúncias de participação em ato de violação do painel eletrônico do Senado na sessão que cassou o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Investigados, ele e o se-

gador José Roberto Arruda (PSDB-DF) renunciaram ao mandato.

No mês de maio, o Ministério Público Federal reabre as investigações sobre o caso Banpará e Jader Barbalho, pressionado pelo noticiário, deixa a presidência do PMDB. Em junho, a revista *IstoÉ* publica nova matéria sobre o caso dos TDAs.

Durante o recesso parlamentar, em julho, Jader licencia-se da Presidência da Casa afirmando que



Heloísa e Hartung pedem ao Conselho de Ética abertura de inquérito

irá provar sua inocência no caso Banpará. Os partidos de oposição, por meio dos senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Heloísa Helena (PT-AL) e do deputado

Walter Pinheiro (PT-BA), apresentam pedido de abertura de inquérito no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para investigar as denúncias contra Jader.

O presidente do colegiado, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), indica uma comissão formada pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), João Alberto Sou-



Gilberto Mestrinho (C) indica comissão para apurar denúncias contra Jader

za (PMDB-MA) e Romeu Tuma (PFL-SP) para realizar as apurações e verificar se o senador paraense teria mentido quando negou participação no esquema Banpará. Os senadores conseguem comprovações de que um dos casos citados pela *IstoÉ*, acusando Jader de cobrança de propina para liberação de verbas da Sudam, é uma fraude. Por outro lado, os relatórios do Banco Central sobre o Banpará passam a ser analisados e várias pessoas envolvidas no esquema, inclusive gerentes de agências bancárias atuantes nas aplicações irregula-



Juvêncio da Fonseca assume a presidência do Conselho de Ética

berto apresenta voto em separado alegando não haver provas contra Jader.

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) é eleito novo presidente do Conselho de Ética, e Jader solicita à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ao Supremo Tribunal Federal

prazo para realizar perícia na documentação. Ambos negam o direito a ampla defesa, mas ele é ouvido por quase

duas horas na reunião do Conselho de Ética. Momentos depois, os senadores aprovam o relatório de Tuma e Jefferson pela abertura do processo.

O caso segue para a Mesa e o presidente, senador Ramez Tebet, indica o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para relatar a recomendação do conselho. Jader apresenta sua renúncia ao mandato um dia

antes de Valadares divulgar sua conclusão. Com o ato, poderá manter seus direitos políticos.



Comissão do Conselho de Ética apresenta relatório

res, são ouvidos pelo grupo.

A comissão apresenta seu relatório em setembro, com a recomendação de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra Jader, alegando que o senador mentiu quanto à sua participação no caso Banpará e retardou as investigações do Senado sobre o caso. O senador João Al-



Valadares é escolhido relator do caso junto à Mesa do Senado

Senado quer evitar retaliação contra inocentes

Plenário aprova requerimento para que, na condução da política externa brasileira, o governo procure desencorajar países amigos a promover atos que atinjam a população não envolvida em atentados terroristas

Ao aprovar requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) na sessão de ontem, o Senado decidiu solicitar ao governo federal que, na condução da política externa brasileira, procure desencorajar países amigos a promover atos de retaliação contra populações inocentes em face dos atentados terroristas em Nova York e Washington, no dia 11 de setembro.

O requerimento já havia sido amplamente discutido na sessão de quarta-feira, quando Heloísa Helena argumentou que a população do Afeganistão, país que abrigaria o ter-



Heloísa Helena lembra que população afegã vive situação de calamidade

rorista Osama bin Laden, principal suspeito dos ataques aos Estados Unidos, é pobre e vive uma situação de calamidade, com o êxodo de milhões de civis.

Os senadores também aprovaram requerimento do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que manifesta o apoio do Senado à adoção de um imposto sobre transações cambiais com o objetivo de reduzir a especulação e de evitar a desestabilização de moedas nacionais. Para Saturnino, a arrecadação do imposto, proposto pelo Prêmio Nobel de Economia James Tobin, serviria para so-

correr calamidades públicas, combater a pobreza, promover o desenvolvimento social e proteger o meio ambiente.

Um terceiro requerimento aprovado na sessão, apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), adiou para 24 de outubro a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que introduz no texto constitucional a necessidade de serem fixados anualmente recursos para os Fundos de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste. Valadares afirmou que, apesar de a medida ser apoiada pelos senadores dos estados das duas regiões, o Palácio do Planalto estaria pressionando os parlamentares da base governista a votar contra a PEC.

— Mais uma vez estou decepcio-

nado com o governo, que demonstrou ter baixado a medida provisória que criou os fundos em substituição ao Finor e ao Finam somente para dizer aos seus companheiros de governo que havia alguma coisa em compensação. Peço o adiamento na esperança de que o governo tenha juízo até o dia 24. Vamos dar uma oportunidade ao governo, pois os senadores do Norte e do Nordeste não merecem essa desfaçatez — disse Valadares.

Na sessão de ontem, transcorreu ainda o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta de 3% para 4% a parcela do produto da arrecadação de impostos aplicada no financiamento do setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Osmar Dias afirma que a proposta pretende estimular o desenvolvimento econômico e social

Osmar Dias propõe livre comércio em Foz do Iguaçu

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará em caráter terminativo o projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) que cria uma área de livre comércio em Foz do Iguaçu, no Paraná. O objetivo do projeto é promover o desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças daquele estado e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos.

De acordo com o projeto, os produtos da área de livre comércio estariam isentos do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados no caso de serem destinados ao consumo e à venda interna.

A saída de mercadorias estrangeiras para o restante do território nacional seria considerada, para efeitos fiscais e administrativos, como importação normal. Os produtos estariam sujeitos a tributação no momento que deixassem a cidade. Osmar Dias excluiu de benefícios fiscais veículos de passageiros, bebidas alcoólicas, fumo e seus derivados e armas e munições.

Para o senador, a proposta tem a vantagem de não aumentar a renúncia fiscal. Ele afirmou ainda que os 150 mil turistas brasileiros que atravessam semanalmente a Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai, poderiam fazer suas compras na cidade brasileira, sem precisar se dirigir a Ciudad del Este.

Osmar apontou também os benefícios à rede hoteleira de Foz do Iguaçu. Os turistas, que se hospedam nos mais de 25 mil leitos disponíveis na cidade, não precisariam deixar Foz do Iguaçu para fazer suas compras na cidade paraguaia, onde acabam tendo que se hospedar.

Tebet recebe delegação russa e embaixadores

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem o embaixador da Bélgica no Brasil, Jean Michel Veranneman, e uma delegação de deputados da Assembléia Federal da Federação da Rússia, que está no Brasil para estreitar as relações entre os Parlamentos das duas nações. Tebet também recebeu a visita do embaixador do Líbano, Ishaya El Khoury, acompanhado pelo deputado Ricardo Izar.

No encontro com o embaixador belga, o presidente do Senado teve a oportunidade de manifestar sua satisfação com o incremento das relações econômicas entre os dois países, lembrando ter procurado colaborar para ampliar os investimentos belgas no Brasil, quando de sua passagem pelo Ministério da Integração Nacional. O diplomata disse ter certeza de que as relações entre o Brasil e a Bélgica continuarão crescendo, inclusive nos contatos entre seus parlamentares.

A delegação da Duma Estatal

russa, chefiada pelo vice-presidente da instituição, Vladimir Avertchenko, está no Brasil cumprindo um programa de intercâmbio de visitas parlamentares entre os dois países. No ano passado, por exemplo, duas missões de deputados brasileiros visitaram aquele país. Nos encontros com deputados e senadores, os parlamentares russos manifestaram especial interesse em conhecer a legislação da previdência brasileira, já



O embaixador Veranneman conversou com Tebet sobre as relações entre Brasil e Bélgica

que o tema está em discussão para reforma na Rússia.

Tebet transmitiu aos parlamentares russos sua satisfação com a evolução do intercâmbio entre os Legislativos do Brasil e da Rússia, bem como com o crescimento do intercâmbio comercial entre os dois países. A próxima visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a Moscou, em janeiro de 2002, acrescentou, “certamente dará outro impulso a essas relações”.



Embaixador do Líbano visitou Tebet acompanhado pelo deputado Ricardo Izar

Iris Rezende envia carta de esclarecimento a jornal

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) leu ontem, em Plenário, carta que enviou ao *Jornal do Brasil*, esclarecendo tópicos de matéria publicada no domingo. Na carta, o senador afirma não ser réu em nenhum procedimento judicial que trate de prática de corrupção de qualquer natureza. A matéria referia-se a senadores que estariam respondendo a processos no Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Iris, estão em curso contra ele, no STF, três inquéritos que apuram possíveis crimes eleitorais. Isso, contudo, não significa que tenha cometido tais crimes, observou.

— É do meu interesse que esses inquéritos tenham rápido andamento, para que resulte comprovada a mais absoluta ausência de culpabilidade, ainda que se trate de fatos da esfera eleitoral, passíveis de interpretações as mais diversas. Nenhum

desses inquéritos — frisou — trata de desvio de dinheiro público ou de qualquer conduta envolvendo manipulação de instrumentos da administração pública.

Iris disse ainda que exerce de cabeça erguida o seu mandato, destacando ter como princípios na ação parlamentar e em todos os cargos que exerceu “a honestidade, a austeridade e a responsabilidade para com a coisa pública”.



Pedro Simon diz que é necessária “uma outra posição” no equilíbrio mundial

Simon prega união para compensar poder dos EUA

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem em Plenário um apelo para que Brasil, China, Índia e outras nações somem forças com a Rússia para equilibrar o mando excessivo dos Estados Unidos, que ele denominou de “Senhores da Humanidade”. Para Simon, é preciso formar “uma outra posição”.

O apelo do senador foi feito no momento em que a Casa recebia a visita de uma delegação de deputados da Rússia. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também destacou a importância do estreitamento dos laços comerciais e de amizade entre o Brasil e a Rússia, principalmente neste momento, em que todos os povos do mundo estão preocupados com os efeitos dos atentados terroristas contra os Estados Unidos.

Benfeitorias com recursos públicos poderão ser excluídas de indenização

Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara que altera regras de desapropriação para fins de reforma agrária. Matéria volta ao exame dos deputados

Os senadores aprovaram ontem substitutivo do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados determinando que benfeitorias feitas com recursos públicos em terras desapropriadas para fins de reforma agrária não serão indenizadas. Como foi alterada no Senado, a matéria volta para nova apreciação pela Câmara.

— Indenizar significa reparar alguém por prejuízo injusto que essa pessoa sofreu. Ora, se a benfeitoria foi realizada com recursos públicos, não houve gastos por parte do particular. Portanto, não há que falar em indenização por essa benfeitoria — argumenta Lúdio Coelho em seu parecer, que incorporou sugestões apresentadas



Substitutivo foi apresentado pelo senador Lúdio Coelho, relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos

na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo

Suplicy (PT-SP).

Também foi aprovado ontem o projeto de lei da Câmara que inclui os seguintes dispositivos entre os objetivos da política agrícola nacional: a promoção da saúde animal e a sanidade vegetal; a garantia da idoneidade dos insumos e serviços empregados na agricultura; a garantia da qualidade dos produtos de origem agropecuária e seus derivados; a promoção da concorrência leal entre os agentes do setor e a proteção destes contra práticas

desleais e riscos de doenças e pragas exóticas; e a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Relator da matéria na CAE, o senador Osmar Dias considera que o projeto aperfeiçoa o texto da lei de 1991, a chamada Lei Agrícola, ao ampliar os objetivos da política agrícola no Brasil. A proposta segue para sanção presidencial.

As votações de mensagens do presidente da República indicando novos embaixadores no Reino Unido, na Nigéria e na Suíça foram adiadas para a sessão do dia 9 de outubro.

Os senadores aprovaram ainda 13 projetos de decreto legislativo que autorizam a exploração de serviços de rádio e televisão em cidades de Minas Gerais, Maranhão, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia.



Para Mauro Miranda, nova lei equacionará problemas provocados pelo mau uso do solo

Mauro destaca importância do Estatuto da Cidade

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) ressaltou a importância do Estatuto da Cidade, que, ao estabelecer diretrizes gerais da política urbana, veio “pôr fim à desordem” e equacionar os problemas advindos do mau uso do solo, especialmente nos grandes centros urbanos.

Mauro disse que o país estava a reclamar uma normalização da política urbana, lembrando que a migração do campo para a cidade, de 1940 para cá, levou o caos aos grandes centros urbanos. Ele chamou a atenção para os graves problemas que as grandes metrópoles sofrem nas áreas de segurança, educação, saúde, saneamento, emprego e, especialmente, moradia, com a proliferação de subabitações, sem que as autoridades possam impedir o seu surgimento.

O Estatuto da Cidade, afirmou o senador, poderá solucionar os problemas do crescimento desordenado dos grandes centros urbanos. O novo ordenamento jurídico, ressaltou, deve obedecer a uma política de combate à especulação, redirecionando o modelo econômico de urbanização do espaço interior das cidades, além de trazer inúmeros outros benefícios.

— As normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana serão adotadas em prol do bem coletivo, da segurança, e do bem-estar do cidadão, bem como do equilíbrio ambiental — disse.

Ele frisou que o Estatuto representa um grande passo para a organização das cidades, trazendo, para suas populações, ordem e possibilidade de melhor qualidade de vida, especialmente para as classes menos favorecidas.

BALANÇO

Maior segurança do voto foi principal decisão na semana

Entre os projetos votados nesta semana pelo Senado, o mais importante foi o do senador Roberto Requião (PMDB-PR), determinando que a urna eletrônica tenha mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor.

A proposta foi aprovada terça-feira, nos termos de um substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP), e estabelece que, se ao conferir o voto impresso o eleitor não concordar com o registrado, poderá cancelá-lo e repetir a votação. Caso persista a discordância, o voto será colhido em separado e apurado na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Na quarta-feira, o Senado ouviu o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, expor a posição do Brasil diante dos ataques terroristas sofridos pelos Estados Unidos. Na ocasião, o ministro informou que em nenhum momento o governo brasileiro cogitou enviar tropas para apoiar uma ação de retaliação. E disse que o emprego de força armada brasileira jamais ocorreria sem a apro-



Projeto de Roberto Requião sobre voto eletrônico foi aprovado na forma de substitutivo

vação do Congresso.

No mesmo dia, foi aprovado requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo moção de censura ao governo do Afeganistão, pelo “flagrante desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações no regime talibã”.

Foi aprovado ainda requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitando ao governo brasileiro que, diante dos acontecimentos do dia 11 de setembro, desestimele nações amigas quanto a precipitados atos de retaliação contra populações inocentes.

Na CCJ, cota para negros recebeu apoio de estudiosos

Entre os projetos examinados nesta semana pelas comissões do Senado, um dos considerados mais importantes é o de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que cria cotas para negros nas vagas abertas no serviço público, universidades públicas e contratos de crédito educativo.

Em audiência realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estudiosos e representantes da causa negra foram unânimes no apoio ao projeto, que Sarney defende como uma forma de compensar a exclusão social a que os negros foram historicamente submetidos no Brasil.

A Comissão de Educação aprovou projeto modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para tornar explícito que a Educação Física será disciplina obrigatória no currículo da educação básica. Pelo projeto, a Educação Física passa a ter o mesmo status de disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa.

Na CPI do Futebol, o presidente e o relator dos trabalhos, senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e Geraldo Althoff (PFL-SC), repeliram declarações do ex-presidente do



José Sarney defende reserva de vagas para negros no serviço público e universidades

Flamengo Antonio Augusto Dunshee de Abranches de que as investigações estavam sendo dirigidas contra o Rio de Janeiro.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou o texto do acordo firmado em junho do ano passado entre os governos do Brasil e da Rússia, prevenindo cooperação no uso da energia nuclear para fins pacíficos, na pesquisa espacial e no combate ao crime organizado.

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, disse que um superávit primário de R\$ 23,2 bilhões entre janeiro e agosto deste ano será vital para assegurar ao Brasil um mínimo de tranquilidade.

Melo discorda de Lula sobre protecionismo

Para senador, o presidente de honra do PT desconhece que produto agrícola brasileiro é muito mais competitivo do que similares europeus e, exatamente por isso, enfrenta barreiras tarifárias na França



Paulo Souto critica "abuso da indústria de liminares", apontado pela Petrobras

Paulo Souto aplaude denúncia da Petrobras

O senador Paulo Souto (PFL-BA) registrou ontem seu apoio à iniciativa da Petrobras de publicar nos principais jornais do país um anúncio intitulado Pirataria Tributária. Nele, a empresa denuncia estar sendo vítima de reiteradas tentativas de assalto aos seus cofres por pequenas distribuidoras de petróleo, que, por meio de ações milionárias de reparação de danos na Justiça, alegam que a Petrobras não repassa aos governos estaduais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), retido por força de lei no ato da venda dos combustíveis.

— Se todos os prejudicados agissem como a Petrobras, que protestou de forma corajosa, seria possível acabar com o abuso dessa indústria de liminares — afirmou.

Souto acredita que as decisões da Justiça, que envolvem um valor de R\$ 525 milhões, não têm consistência e devem ser reformadas. No anúncio, a empresa explica que os pedidos de indenização são apreciados em prazos curtíssimos, às vezes em menos de 24 horas. A Petrobras diz não ter oportunidade de defesa e que, muitas vezes, nem há perícia na documentação.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) considerou grave e inadmissível a posição do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que declarou entender a posição europeia de impor barreiras tarifárias contra os produtos agrícolas brasileiros. A declaração, conforme a edição

da última quarta-feira do jornal *O Globo*, teria sido feita após encontro que Lula manteve com o primeiro-ministro da França, Lionel Jospin, em Paris.

Lula teria dito que os europeus "estão corretos. Nós precisamos, primeiro, cumprir com a nossa parte, para depois exigir alguma



Melo: europeus tentam impedir que emergentes dominem mercados

coisa. Temos que ter uma boa política agrícola e investimento em tecnologia. É isso que nos vai dar competitividade", conforme citou Geraldo Melo.

O senador estranhou que a declaração não tenha tido, na imprensa e no Congresso, a mesma repercussão da declaração em que o presidente Fernando Henrique Cardoso teria dito temer a desclassificação da Seleção Brasileira de futebol para a Copa do Mundo.

Segundo Geraldo Melo, a declaração feita por Lula na França requer uma retificação urgente, por tratar-se de um candidato à Pre-

sidência da República que ocupa o primeiro lugar nas pesquisas.

A declaração atribuída a Lula, na opinião do senador, desconhece inclusive que o produto agrícola brasileiro é muito mais competitivo que o produto agrícola europeu. É exatamente por não dispor de competitividade nos seus produtos agrícolas que os europeus sobretaxam os produtos agrícolas dos países emergentes, para impedir que eles dominem seus mercados.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Emilia Fernandes (PT-RS) defenderam o presidente de honra do PT. Suplicy disse que tão logo retorne ao Brasil, Lula poderá explicar melhor o teor exato das declarações. Emilia, por sua vez, viu no episódio uma inquietação das vozes neoliberais com o crescimento do nome de Lula na disputa presidencial.

Santos defende renegociação para cafeicultor

A renegociação das dívidas dos cafeicultores, avaliada em cerca de R\$ 1,3 bilhão, é uma das proposições que o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) comunicou ontem ter encaminhado ao ministro da Agricultura e Abastecimento, Pratini de Moraes, para que seja incorporada à Política Cafeeira Nacional.

Ele esclareceu que a proposta faz parte dos resultados parciais do II Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, realizado em Vitória (ES), no período de 24 a 27 de setembro. Conforme o senador, mesmo após um período de pelo menos seis anos de preços remuneradores, o setor produtivo continuou endividado:

— Nesse sentido, é preciso renegociar esse passivo de uma

vez por todas, para que os cafeicultores possam dedicar-se à implementação de soluções estruturais para seus negócios, que demandarão novos investimentos — afirmou.

Ao analisar o mercado internacional do café, Ricardo Santos observou que, de acordo com os estudos apresen-

tados no simpósio, os baixos preços do produto podem ser atribuídos aos elevados excedentes de oferta, decorrentes principalmente do aumento da produção do café robusta, a baixo custo, nos países asiáticos, com destaque



Para Ricardo Santos, baixo preço do café decorre do excesso de oferta

para o Vietnã.

Além disso, continuou o senador, as dificuldades de entendimento entre os países produtores inviabilizaram o controle da produção mundial e contribuíram para que ocorresse uma ruptura no equilíbrio do mercado do café.

Foi nesse contexto que os interesses de todos os segmentos da cadeia produtiva do café convergiram no Conselho de Desenvolvimento da Política Cafeeira (CDPC) e na Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), de acordo com o senador.

Renan Calheiros propõe distribuição de leite a crianças carentes

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), apelou ontem ao ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, e ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que eles promovam a renegociação da dívida dos produtores de leite de Alagoas. Eles estão sendo pressionados pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste, e pelas multinacionais do leite que cartelizaram o setor.

Segundo o senador, uma boa solução seria um programa de distribuição de leite para crianças carentes, nos moldes dos que já existem em Pernambuco, Distrito Federal e Rio Grande do Norte. "É um

absurdo que as multinacionais paguem R\$ 0,30 pelo litro de leite que, depois de pasteurizado e embalado, é vendido por R\$ 0,90 o litro nas cidades. A medida viria a beneficiar os produtores e as crianças".

A questão da inadimplência bancária é um segundo problema que vem afligindo os produtores e, nos moldes da legislação em vigor, é insolúvel. Com juros estratosféricos aplicados sobre o estoque da dívida de R\$ 300 milhões, é impossível pagar, garantiu Renan Calheiros.

Ele lembrou que a bacia leiteira de Alagoas, com produção de 450 milhões de litros/dia, é a maior das

regiões Norte e Nordeste, com 18 municípios, 3.500 produtores e 100 mil empregos. A deterioração dos preços do leite está empurrando o setor para a falta de rentabilidade, a ausência de novos investimentos e a inadimplência bancária. Sem solução viável, pode se transformar num problema social, alertou.

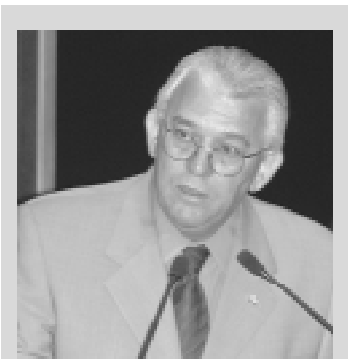
Frente a esse quadro, em boa hora, disse Renan Calheiros, "o Congresso Nacional retomou a discussão sobre os encargos nos financiamentos agrícolas".

Em aparte, Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a produção leiteira de Goiás, a segunda maior



Calheiros considera absurdo que multinacionais comprem leite a R\$ 0,30 e vendam a R\$ 0,90

do país, enfrenta dificuldades. "Também acredito que a solução passa pela renegociação das dívidas dos pecuaristas e distribuição gratuita de leite a crianças carentes".



Moreira Mendes: "O setor é estratégico para o país, e uma solução precisa ser encontrada"

Crise na aviação civil preocupa Moreira Mendes

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou preocupação com os problemas enfrentados pela aviação civil brasileira, com dívidas crescentes e ameaças de demissão de empregados, configurando uma situação de quase falência das empresas Varig, TAM, Transbrasil e Vasp. "O setor é estratégico para o país, e uma solução precisa ser encontrada", disse.

O Senado, segundo Moreira Mendes, fez sua parte ao convocar os presidentes das companhias a participarem de uma audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Subcomissão do Turismo, realizada na última quarta-feira. "Foram identificados problemas como a cobrança de 40% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre combustíveis, bem como taxas aeroportuárias exorbitantes", afirmou.

Como presidente da Subcomissão de Turismo, o senador elaborará documento com reivindicações dos empresários para ser encaminhada ao governo federal. "Muitos dizem que os problemas da aviação se devem à má gestão das companhias e à excessiva regulamentação do setor. Está na hora de trocarmos o discurso pela discussão efetiva, parando com o aumento das tarifas das passagens como solução para contornar prejuízos", concluiu.

Iris Rezende prepara projeto que cria Bolsa Universitária

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) propôs ontem a criação da Bolsa Universitária, com o objetivo de garantir o acesso de estudantes pobres às universidades públicas e privadas de todo o país. Utilizando-se de dados do último censo escolar, Iris Rezende disse que 29% dos estudantes que conseguem chegar às universidades públicas abandonam o curso, em geral por não conseguirem compatibilizar os horários das aulas com os do trabalho. Nas universidades particulares, o índice é de 36%, basicamente porque os estudantes não conseguem pagar as mensalidades.

Pela proposta, que será apresentada na forma de projeto de lei, todos os estudantes comprovadamente pobres que forem selecionados nos exames vestibulares terão acesso garantido à universidade, disse Iris Rezende.

Segundo o senador, o Brasil tem hoje 50 milhões de estudantes em todos os níveis (do primário ao superior), frequentando 230 mil escolas públicas e privadas, distribuídas nos 5.500 municípios brasileiros. Daquele total – comentou – apenas 9,5 milhões concluem o segundo grau. E desses, apenas 3,4 milhões concorrem ao exame vestibular, disputando 900 mil vagas,



Iris Rezende: chances de ascensão social diminuem quando se reduz o acesso à educação superior

das quais 220 mil nas universidades públicas e 680 mil nas particulares.

Há atualmente no Brasil, segundo Iris, 2,4 milhões de alunos matriculados no curso superior. Desse, 1,330 milhão estão matriculados em cursos noturnos e apenas 300 mil nas universidades públicas.

O senador baseou-se em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para dizer que há estreita relação entre nível de renda e escolaridade, já que “as chances de ascensão social diminuem à medida que se reduz o acesso à educação superior”. Para Iris, “o Brasil não pode continuar desperdiçando a inteligência de muitos jovens de famílias pobres”.

Maguito quer do governo mais trabalho na área social

Ao chamar a atenção dos parlamentares para os problemas sociais do Brasil, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) registrou a realização do Projeto Ação Global, executado em Goiânia no último final de semana.

O programa, relatou, permitiu que 850 voluntários levassem à população carente da região serviços como expedição de documentos, orientação a gestantes, vacinação e recreação, além de palestras e campanha pró-doença de sangue.

De acordo com o parlamentar, cerca de 60.680 atendimentos foram feitos no Projeto Ação Global na capital goiana. Foram beneficiadas 48.544 pessoas.

Maguito afirmou que “a cultura do voluntariado é muito importante na superação dos problemas sociais do país”, mas não exige o governo de sua responsabilidade. Para o senador, a atitude de voluntários serve como exemplo aos governantes.



Para Maguito Vilela, a atitude dos voluntários deve servir de exemplo aos governantes

Na avaliação de Maguito, a maior dívida do Brasil é a social em relação aos cidadãos de classes menos favorecidas. Ele afirmou que o país tem como maior credor “as famílias que se encontram excluídas do processo produtivo e vivem sem dignidade”.

O senador disse que a prioridade de qualquer governo deve ser em projetos que garantam condições de vida digna aos “pobres e humildes”.

Carlos Wilson critica falta de política contra a fome

Programas oficiais de combate à miséria são emergenciais e estão desarticulados das diretrizes de segurança alimentar, diz senador

Às vésperas da comemoração do Dia Mundial pela Alimentação, no próximo dia 16, o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), denunciou em Plenário a existência de uma população superior a 830 milhões de famintos no mundo. Os dados são da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), e incluem os 16 milhões de brasileiros que passam fome, cerca de 10% da população do país.

Signatário de acordo junto à Cúpula Mundial de Alimentação, firmado em 1996 e pelo qual as nações se empenhariam em reduzir a fome no mundo pela metade até 2015, “o Brasil avançou muito pouco nesse compromisso”, segundo Carlos Wilson. “Passados cinco anos, podemos afirmar que não há hoje no Brasil uma política de combate à fome.”

Na sua opinião, os “poucos” programas do governo federal na área têm “caráter emergencial” e estão “desarticulados” das diretrizes de política agrícola e segurança alimentar.

Para o senador pernambucano, a “irresponsabilidade” governamental em lidar com a fome dos brasileiros não é “privilegio” da gestão de Fernando Henrique. Carlos Wilson lembrou a extinção do programa de distribuição de



Carlos Wilson mostrou dados que indicam a existência no Brasil de 16 milhões de pessoas que passam fome

leite a famílias de baixa renda, criado no governo José Sarney, após irregularidades denunciadas durante a administração Collor. No governo atual, o parlamentar assinalou o fim do programa de distribuição de cestas básicas à população carente, por ter sido considerado “caro e assistencialista”.

JORNADA

Apontando dados do relatório *Mapa do Fim da Fome*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o primeiro-secretário informou que a erradicação da miséria e da fome no Brasil seria possível com a transferência anual de R\$ 21 bilhões. Se não falta dinheiro para solucionar

o problema, que teria um custo de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), falta “foco, objetivo, vontade política”, disse.

– Salta aos olhos o caso específico do Brasil, onde os recursos do Estado são drenados pela corrupção ou para o pagamento de dívidas internacionais – afirmou. O senador também criticou a adoção de políticas compensatórias no combate à miséria e à fome. Segundo ele, o quadro grave observado na Região Nordeste, por exemplo, foi acentuado pela burocracia na distribuição de cestas às vítimas da seca e pela extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Diante dessa realidade, Carlos Wilson disse que o Senado não pode nem vai se omitir. E informou que a Casa, por meio de requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR), vai dedicar a sessão do Dia Mundial pela Alimentação ao debate da fome e da miséria no país. “Vamos empreender a Jornada Brasileira contra a Fome”, anunciou, propondo que a estrutura de comunicação do Senado, composta por rádio, TV, agência de notícias e jornal, também destine a cobertura jornalística ao tema.

Senadores elogiam primeiro-secretário por cobrar ações de combate à miséria

Os senadores Álvaro Dias (PDT-PR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) elogiaram ontem em Plenário a iniciativa do senador Carlos Wilson (PTB-PE) de cobrar políticas públicas de erradicação da fome e da miséria no país.

Álvaro Dias criticou “a disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso de inviabilizar” a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção ao mesmo tempo em que persiste no “falso ato” de combater a pobreza sem combater a corrupção.

– Segundo dados da organização não-governamental Transparência Internacional, um terço da dívida pública vem da corrupção, que também impede os brasileiros de terem uma renda *per capita* 70% maior – disse.

Diretor-geral da Polícia Federal no governo José Sarney, o senador Romeu Tuma garantiu que o então presidente da República determinou a apuração das denúncias e a punição dos responsáveis por desvios no programa de distribuição de leite. Para ele, é obrigação do governo “enfrentar e punir atitudes que tragam

prejuízos à sociedade”.

Atento ao relato de Carlos Wilson sobre a fome e a miséria, o senador Pedro Simon afirmou, em tom irônico, ter dúvida sobre se o parlamentar pernambucano “exagerava” no que via no Brasil ou se os dados do governo federal na área social eram “fictícios”, pois mostravam um quadro favorável.

– Vejo o governo dizendo na propaganda que tem projeto social, mas não vejo resposta concreta para os nossos dois principais problemas, que são a fome e o desemprego – disse.

Emilia destaca passeata pró-educação

Para a senadora, a manifestação de estudantes, professores, funcionários de universidades e trabalhadores sem-terra quarta-feira em Brasília foi “oportuna, pacífica e marcada pelo civismo”

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que, ao contrário da imagem que os meios de comunicação tentaram passar, a manifestação popular ocorrida quarta-feira em Brasília, com a participação de 50 mil pessoas, foi caracterizada pelo sentimento cívico e pela defesa da educação nacional.

— A 2ª Marcha Nacional em Defesa da Educação Pública foi uma passeata oportuna, pacífica e marcada pelo civismo. Foi formada por trabalhadores, estudantes, professores, sem-terra, homens, mulheres, jovens que vieram protestar contra a política do presi-

dente Fernando Henrique para a educação — declarou.

A senadora citou vários índices negativos do setor educacional, como o fato de o país ter ainda 17 milhões de analfabetos e 8,5 milhões de pessoas dos sete aos 18 anos estarem fora da escola.

Mais grave ainda, ressaltou, é o dado apontando que, desde 1998, o investimento no ensino fundamental caiu de 5% para 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Emilia informou que os mani-



Emilia lembrou que há no Brasil 17 milhões de analfabetos

festantes, vários deles em greve, reclamavam qualidade para o ensino e apresentaram carta de reivindicações ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, indicativa do sucateamento da educação.

Ela lembrou que o senador Ramez Tebet, presidente do Senado, recebeu representantes dos reitores das universidades em greve e comprometeu-se a solicitar ao ministro que abra canais de negociação com os grevistas.

O senador Eduardo Suplicy (PT-

Ademir Andrade critica interventor da extinta Sudam



Segundo Ademir, interventor conhece pouco a Amazônia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) registrou em Plenário voto de repúdio da Assembleia Legislativa do Pará à nomeação de José Diogo Cirilo da Silva

como interventor da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ademir apoiou o protesto dos deputados paraenses, que questionam a indicação do interventor, que, apesar de ser servidor público de carreira, “reside no Rio Grande do Sul e tem pouco conhecimento da realidade da região amazônica”.

— Não sei quem o indicou nem como o presidente Fernando Henrique concordou com a escolha de um cidadão que entrou na Sudam com o espírito apenas de caçar e punir os erros, e não de dar continuidade ao desenvolvimento da região — afirmou.

Na opinião do senador, José Diogo é “despreparado, sob todos os aspectos”, para dirigir a extinta Sudam e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que irá substituí-la.

Para Ademir, José Diogo está há quase dez meses à frente da extinta Sudam, tendo suspenso, desde então, as liberações para projetos de incentivo.



Dirigente do Vasco da Gama não comparece para depor

O presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no futebol brasileiro, senador Álvaro Dias (PDT-PR), afirmou que a ausência do presidente do conselho fiscal do Clube de Regatas Vasco da Gama, Geraldo Teixeira da Silva, que deveria depor ontem, “é mais um ato protelatório que tem por objetivo prejudicar os trabalhos da comissão”. O dirigente vascaíno alegou problemas de saúde.

Segundo Álvaro Dias, “a CPI já está acostumada a esse tipo de protelação”, que, observou, faz parte de estratégia montada pelos convidados “para esconder fa-

tos graves que envolvem clubes e entidades do futebol”. O senador adiantou que o dirigente vascaíno será reconvoado para depor na terça-feira, dia 9, “mesmo que seja conduzido por força policial”. Sobre o atestado médico apresentado, Álvaro Dias disse que os membros da comissão não acreditam na veracidade do documento, “que chega a desqualificar o próprio profissional” que o assinou.

— Apesar das manobras, não tenho dúvidas de que a CPI vai concluir os trabalhos até o dia 8 de novembro.

Na próxima terça-feira deverão depor, além de Geraldo Teixeira da Silva, o ex-presidente do Vas-

co Antônio Soares Calçada e dois diretores do clube, Carlos Alberto Cavaleiro e Wanderley Doring. Na quarta-feira, comparecerão à CPI o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, e o diretor do clube Delair Dambrosch.

O relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), também lamentou a ausência do presidente do conselho fiscal do Vasco. Para ele, a ausência demonstra “a falta de seriedade” do dirigente vascaíno em relação ao clube e à torcida, que, disse, desejam explicações sobre várias denúncias, entre as quais a que envolve o nome do deputado Eurico Miranda, ex-diretor de futebol do Vasco.

Para Suplicy, crise de valores afeta o futebol

Ao comentar a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que, se a Seleção Brasileira de Futebol não participar da Copa do Mundo, o Brasil enfrentará uma crise “pior até do que a comercial”, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a fase difícil do futebol brasileiro “tem a ver com uma crise de valores e de procedimentos”.

Para Suplicy, os procedimentos dos ocupantes do Palácio do Planalto, ministérios e Congresso



Suplicy: procedimentos do governo repercutem no futebol

Nacional acabam repercutindo sobre todos os aspectos da vida nacional, inclusive no futebol.

Na avaliação do senador, embora a afirmação do presidente esteja em parte correta, “o diagnóstico completo faria com que o presidente pensasse sobre os

procedimentos de convivência com fatos que acabaram repercutindo em toda a vida nacional”. Citando o Nobel de Economia Amartya Sen, Suplicy disse que, quando o chefe do governo procede com correção, os que estão

em torno dele costumam agir da mesma forma.

— Então, é preciso que os que têm responsabilidade ajam com muita correção — afirmou.

Suplicy também defendeu o projeto do deputado Orlando Desconsi (PT-RS) que inclui a renúncia de parlamentar entre as hipóteses de inelegibilidade.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a preocupação do presidente mostra que “algo não vai bem no reino do Brasil”. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou o seu apoio ao projeto do deputado gaúcho citado por Suplicy.

TV Senado mostra imagens de CPIs em “Arquivo Aberto”

Polêmica e memória se misturam no programa *Arquivo Aberto*, a revista eletrônica da TV Senado. Funcionários do arquivo da emissora realizam pesquisa em inúmeras gravações para resgatar fatos históricos guardados na memória dos brasileiros.

O programa vai ao ar pela segunda vez no fim de semana com o tema “CPIs que deram certo”. No episódio, imagens das CPIs dos Bancos e do Judiciário, do Caso PC Farias e da CPI do Orçamento, como a declaração do então deputado João Alves de que teria enriquecido porque havia ganho inúmeras vezes na loteria.

Arquivo Aberto vai ao ar no sábado, às 11h e 16h. No domingo, às 9h, 17h30 e 23h. Em Brasília a TV Senado pode ser sintonizada pelo canal 7 da NET ou pelas antenas UHF, no canal 51.

Lobão presta homenagem a “IstoÉ Dinheiro”

Em discurso ontem no Plenário, o senador Edison Lobão (PFL-MA) homenageou os editores da revista *IstoÉ Dinheiro*, publicada pela Editora



Para Lobão, revista é referência no mundo dos negócios

Três e que está comemorando neste mês o terceiro aniversário. Segundo Lobão, “a revista está entre as melhores do setor e tornou-se uma referência fácil e confiável para os que atuam no mundo dos negócios”. O senador destacou que a revista publica em sua edição de aniversário reportagem afirmando que “lucro não é pecado”.

— É importante estimular o lucro porque assim se chega ao bem-estar social — afirmou.

Lobão relatou que a publicação homenageará, no dia 8, as 100 empresas privadas de melhor resultado no Brasil, que em conjunto obtiveram no ano passado lucro superior a R\$ 25 bilhões. A primeira da lista é a Companhia Vale do Rio Doce, destacou o senador.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Renan Calheiros